



**DMS COMERCIO E DISTRIBUICAO DE CAFE EIRELI**  
**CNPJ: 33.174.960/0001-27**  
**Rua Beta, 387 - Vila Paris Contagem/MG - CEP: 32372-090**  
[administrativo@dmscomercio.com.br](mailto:administrativo@dmscomercio.com.br) / [vendas02@dmscomercio.com.br](mailto:vendas02@dmscomercio.com.br)

## **IMPUGNAÇÃO**

Nos termos da Lei nº. 14.133/2024 e considerando os fundamentos expostos abaixo, a empresa DMS Comércio e Distribuição de Café Ltda, CNPJ nº. 33.174.960/0001-27, com sede na rua Beta, nº. 387, bairro Vila Paris em Contagem-MG, CEP 32.372-090, por intermédio de seu representante legal o sr. Eduardo Mesquita de Souza, portador da cédula de identidade RG nº. MG-17.164.106, e do CPF nº. 117.980.086-96, vem por meio deste impugnar as exigências previstas no edital em decorrência das razões de direito e fato a seguir expostas. Requer-se, portanto, que o órgão competente de análise proceda ao julgamento favorável, com a devida retificação do edital, de modo a assegurar a isonomia, a ampla concorrência e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

### **1. DOS FATOS**

A presente impugnação busca afastar exigências do edital que extrapolam os limites da legislação aplicável às licitações, configurando restrição indevida à competitividade, o que prejudica a realização de uma contratação mais vantajosa para a Administração Pública. A cláusula que exige a certificação da ABIC (Associação Brasileira da Indústria do Café) como único meio de comprovação da qualidade do produto em questão constitui um obstáculo à participação de empresas que, embora não possuam esse selo, atendem às especificações do edital por meio de outros meios legalmente previstos, como laudos laboratoriais emitidos por laboratórios credenciados pela ANVISA ou pelo Ministério da Agricultura (MAPA).

Conforme o disposto na Portaria SDA nº 570/2022, o padrão de qualidade do café torrado e moído pode ser validado por laudos laboratoriais, os quais, além de serem reconhecidos pela legislação vigente, não se limitam à certificação privada da ABIC. Nesse sentido, a exigência do selo ABIC restringe a concorrência, limitando a disputa a um número reduzido de empresas e contrariando o espírito da Lei nº 14.133/2021, que visa ampliar a competitividade e garantir a contratação mais vantajosa para a Administração Pública.



DMS COMERCIO E DISTRIBUICAO DE CAFE EIRELI

CNPJ: 33.174.960/0001-27

Rua Beta, 387 - Vila Paris Contagem/MG - CEP: 32372-090

[administrativo@dmscomercio.com.br](mailto:administrativo@dmscomercio.com.br) / [vendas02@dmscomercio.com.br](mailto:vendas02@dmscomercio.com.br)

PORTARIA SDA Nº 570, DE 9 DE MAIO DE 2022,  
disponível em:

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-sda-n-570-de-9-de-maio-de-2022-398971389>.

## 2. DOS FUNDAMENTOS

A exigência de apresentação do selo ABIC como única forma de comprovação de qualidade e pureza do produto viola os princípios da isonomia e da legalidade previstos na Constituição Federal e na Lei nº 14.133/2021. A certificação ABIC é uma iniciativa privada, cuja adesão é facultativa e não imposta pela legislação brasileira. Portanto, não pode ser utilizada como requisito exclusivo para habilitação em procedimento licitatório, sob pena de restringir injustamente a participação de licitantes que podem comprovar a qualidade do produto por outros meios igualmente válidos.

**As exigências de Certificação junto a órgãos privados podem ser feitas, porém, não deverão servir para afastar licitantes que comprovem a qualidade do produto, uma vez que:**

- as certificações não são obrigatórias pela legislação brasileira
- a comprovação das exigências de qualidade e pureza podem ocorrer por laudos laboratoriais.

**Exigir selo ABIC dos licitantes afasta proposta mais vantajosa para a aquisição do produto.**

A exigência contida no edital limitou o número de interessados no certame, apesar do edital exigir as várias outras comprovações através de laudos da nota de qualidade da bebida, microscopia, ponto de torra, etc, a exigência final joga por terra a legalidade do certame, sendo que a exigência de Certificação, como já debatido acima, é privada e não é determinada por legislação vigente, ou seja, trata-se de órgão de controle privado, o qual não vincula nenhum fabricante ou marca a obrigatoriedade do Certificado para comercialização do produto. **Por se tratar de uma instituição privada (ABIC), as comprovações quanto a qualidade e pureza do café devem**



**DMS COMERCIO E DISTRIBUICAO DE CAFE EIRELI**

**CNPJ: 33.174.960/0001-27**

**Rua Beta, 387 - Vila Paris Contagem/MG - CEP: 32372-090**

**[administrativo@dmscomercio.com.br](mailto:administrativo@dmscomercio.com.br) / [vendas02@dmscomercio.com.br](mailto:vendas02@dmscomercio.com.br)**

**sempre ser precedidas de e/ou (Certificado ABICe/ou Laudos**

**Laboratoriais**) uma vez que as marcas que não sejam filiadas as ABIC para emissão do certificado, possam apresentar seus produtos acompanhados pelos laudos laboratoriais emitidos por Laboratórios Certificados sem a exigência de certificação ABIC.

É importante ressaltar que, conforme entendimento consolidado no Tribunal de Contas da União (TCU), a exigência do selo ABIC não pode ser imposta, dado que existem outros meios idôneos de comprovação da qualidade do produto, como os laudos laboratoriais emitidos por entidades credenciadas pela ANVISA ou pelo MAPA. Vejamos, a título de exemplo, o Acórdão nº 1985/2018, que trata da vedação à exigência do selo ABIC, considerando que laboratórios credenciados pela Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (Reblas) possuem a competência legal para atestar a qualidade do café.

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO PARA COMPRA DE CAFÉ. RESTRIÇÃO INDEVIDA À COMPETITIVIDADE. EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DO SELO DE PUREZA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DO CAFÉ (ABIC) PARA A COMPROVAÇÃO DA QUALIDADE DO PRODUTO. DETERMINAÇÃO DE SUSPENSÃO CAUTELAR DO CERTAME. OITIVA DA ENTIDADE. ANÁLISE DE MÉRITO. PROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO. ANULAÇÃO DO PREGÃO. DETERMINAÇÕES. (...)

O que afronta a lei é a exigência exorbitante de apresentação do selo da ABIC, quando existem laboratórios credenciados pela Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos de Saúde (habilitados pela ANVISA/MAPA) para atestar a qualidade do produto em questão, exigência da ABIC, como definida no edital, fere diretamente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da isonomia, ao restringir indevidamente a competição e direcionar a aquisição a determinados fornecedores, em desacordo com a Lei vigente, que exige a adoção de critérios objetivos e não discricionários.

Assim, o relator, ao concordar com a unidade técnica, e na mesma linha do que já havia afirmado quando da apreciação da medida cautelar anterior, destacou que “o ponto central da análise da representação consiste no fato de



**DMS COMERCIO E DISTRIBUICAO DE CAFE EIRELI**

**CNPJ: 33.174.960/0001-27**

**Rua Beta, 387 - Vila Paris Contagem/MG - CEP: 32372-090**

**[administrativo@dmscomercio.com.br](mailto:administrativo@dmscomercio.com.br) / [vendas02@dmscomercio.com.br](mailto:vendas02@dmscomercio.com.br)**

que o referido selo não é a única forma de garantir a compra de um café com boas características. Desse modo, deve ser permitido a todos licitantes fazerem uso de outras entidades credenciadas, incrementando, assim, a efetiva concorrência e a amplitude da participação”. Acórdão n.o 1354/2010-1a Câmara, TC- 022.430/2009-1, rel. Min. Valmir Campelo, 16.03.2010.

(...) “a comprovação da qualidade do café, seja na fase da licitação ou durante a execução contratual, não precisa ser feita, necessariamente, por meio de laudo emitido por instituto especializado credenciado à ABIC, podendo a mesma ser aferida por intermédio de laboratório credenciado junto ao Ministério da Saúde/Agência Nacional de Vigilância Sanitária, da Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde – Reblas, os quais estão habilitados a realizar ensaios em produtos sujeitos à Vigilância Sanitária.” Acórdão n.o 2019/2010-Plenário, TC-019.176/2010-4, rel. Min. José Múcio Monteiro, 11.08.2010.

(...) “Desta feita, na análise de mérito da questão, o relator registrou reconhecer a “boa intenção dos responsáveis em realizar uma compra adequada resguardando o erário”. Todavia, ressaltou que “a irregularidade não está na busca de condições mínimas para o objeto a ser fornecido, ação sempre desejável. O que afronta a lei é a exigência exorbitante de apresentação do selo da ABIC, quando existem laboratórios credenciados pela Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos de Saúde (habilitados pela Vigilância Sanitária e MAPA) para atestar a qualidade do produto em questão”.

Assim, o relator, ao concordar com a unidade técnica, e na mesma linha do que já havia afirmado quando da apreciação da medida cautelar anterior, destacou que “o ponto central da análise da representação consiste no fato de que o referido selo não é a única forma de garantir a compra de um café com boas características. Desse modo, deve ser permitido a todos licitantes fazerem uso de outras entidades credenciadas, incrementando, assim, a efetiva concorrência e a amplitude da participação. Portanto, fica claro que a exigência de Credenciamento a ABIC e a respectiva exigência de Certificado de Pureza e Qualidade ferem o princípio da legalidade e da isonomia entre os interessados, o que diretamente fere o princípio da proposta mais vantajosa e



**DMS COMERCIO E DISTRIBUICAO DE CAFE EIRELI**

**CNPJ: 33.174.960/0001-27**

**Rua Beta, 387 - Vila Paris Contagem/MG - CEP: 32372-090**

**[administrativo@dmscomercio.com.br](mailto:administrativo@dmscomercio.com.br) / [vendas02@dmscomercio.com.br](mailto:vendas02@dmscomercio.com.br)**

da ampliação da disputa. Ressaltamos ainda, que os laudos devem ser emitidos por laboratórios credenciados pela ANVISA ou Ministério da Agricultura, conforme resoluções ANVISA n. 277 de 22/09/2005, Resolução ANVISA/RDC n. 12 de 01/01/2001, Resolução ANVISA/RDC n. 175 de 28/07/2003 e Instrução Normativa n. 16 de 24/05/2010 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

### **3. DA LEGISLAÇÃO**

Tal conduta não se coaduna com os princípios básicos das licitações, contidos no Art. 37, XXI, da Constituição Federal e no Art. 5º da Lei da 14.133/2021, tais como os da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, proibição administrativa, e seleção da proposta mais vantajosa. No caso aqui debatido, a exigência da Certificado ABIC qualidade/pureza é totalmente ilegal, afrontando o princípio da isonomia entre os interessados, ferindo a legalidade no processo licitatório, ferindo a impessoalidade do Administrador Público na condução do procedimento, pois direciona a aquisição, limitando o número de participantes no certame e fazendo distinção entre eles. Inicialmente registre-se que, na linha de proibir cláusulas desarrazoadas, estabeleceu-se que somente podem ser previstas no ato convocatório exigências autorizadas na Lei (art. 30, § 5o).

A carta magna, em seu art. 37, inc. XXI, traz uma visível determinação no sentido de que os requisitos de capacitação técnica das licitantes sejam reduzidos ao mínimo possível, como ilustremente registrado por José Cretella Júnior, "apenas serão admitidas exigências absolutamente necessárias para demonstrar que o proponente está preparado para executar o objeto da licitação" (In Comentários à Constituição Brasileira de 1988, ed. Forense Universitária, 2a ed., 1992, v. IV, p. 2249). E foi exatamente para dar maior sustentabilidade ao artigo esculpido na Carta da República que a Lei de Licitações veio a determinar e limitar em seus artigos 27 à 31 os documentos que podem ser requisitados para fins de habilitação em uma licitação. E infere-se, ainda, do artigo 3o, que é vedado à Administração ultrapassar esses limites,



**DMS COMERCIO E DISTRIBUICAO DE CAFE EIRELI**

**CNPJ: 33.174.960/0001-27**

**Rua Beta, 387 - Vila Paris Contagem/MG - CEP: 32372-090**

**[administrativo@dmscomercio.com.br](mailto:administrativo@dmscomercio.com.br) / [vendas02@dmscomercio.com.br](mailto:vendas02@dmscomercio.com.br)**

por meio da inclusão de condições que restrinjam a participação no procedimento ou que maculem a isonomia das licitantes, verbis:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

### **1º É vedado aos agentes públicos:**

I - Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato; (grifei)

Interpretando as disposições do artigo 3º, o ilustre especialista na área de licitação, o doutor MARÇAL JUSTEN FILHO assevera:

Os dispositivos restantes, acerca da licitação, desdobram os princípios do art. 3º, que funciona como norteador do trabalho hermenêutico e de aplicação da Lei das licitações. Nenhuma solução, em caso algum, será sustentável quando colidente com o art. 3º. Havendo dúvida sobre o caminho a adotar ou a opção a preferir, o intérprete deverá recorrer a esse dispositivo. Dentre diversas soluções possíveis, deverão ser rejeitadas as incompatíveis com os princípios do art. 3º (in 'Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos', Ed. Dialética, 5ª edição, fls. 54). (grifei) A lei licitatória buscou a preservação do que realmente procura atingir em uma licitação, impondo várias limitações de modo a evitar que exigências não previstas em lei acabassem por representar instrumentos de indevida restrição à liberdade de participação em licitação e desvio da igualdade entre os licitantes. Marçal



**DMS COMERCIO E DISTRIBUICAO DE CAFE EIRELI**

**CNPJ: 33.174.960/0001-27**

**Rua Beta, 387 - Vila Paris Contagem/MG - CEP: 32372-090**

**[administrativo@dmscomercio.com.br](mailto:administrativo@dmscomercio.com.br) / [vendas02@dmscomercio.com.br](mailto:vendas02@dmscomercio.com.br)**

Justen Filho trata do assunto:

Os agentes administrativos deverão, ao elaborar o ato convocatório e estabelecer as condições pertinentes ao certame, tomar em vista a finalidade da ampliação da competitividade. Portanto, as exigências pertinentes à participação e ao julgamento deverão ser adotadas para atingir aquele objetivo. Isso se reflete especialmente no tocante aos requisitos de habilitação e nas regras relativas à elaboração das propostas e oferecimento dos lances. (FILHO, Marçal Justen – Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico – 2a Edição revista e atualizada – São Paulo – 2003) (grifei)

O Art. 4o do Decreto 3.555 (Decreto que regulamentação do Pregão) traz a seguinte redação:

A licitação na modalidade de pregão é juridicamente condicionada aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, bem assim aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço, seletividade e comparação objetiva das propostas. Parágrafo único. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

O inciso Artigo 40, §1º da Lei nº 14.133/2021 alerta sobre especificação do objeto.

A definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição. (grifei) O administrador público não goza de plena liberdade, deve sim conduzir a licitação, em qualquer das modalidades, em conformidade com o que exige a legislação, sem se afastar dela.

Hely Lopes Meirelles, destaca:

A legalidade, como princípio de administração (CF, art. 37, caput),



**DMS COMERCIO E DISTRIBUICAO DE CAFE EIRELI**

**CNPJ: 33.174.960/0001-27**

**Rua Beta, 387 - Vila Paris Contagem/MG - CEP: 32372-090**

**[administrativo@dmscomercio.com.br](mailto:administrativo@dmscomercio.com.br) / [vendas02@dmscomercio.com.br](mailto:vendas02@dmscomercio.com.br)**

significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso. (grifei) E continua: A eficácia de toda atividade administrativa está condicionada ao atendimento da Lei e do Direito. É o que diz o inc. I do parágrafo único do art. 2º da Lei 9.784/99. Com isso, fica evidente que, além da atuação conforme à lei, a legalidade significa, igualmente, a observância dos princípios administrativos. (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 30. Ed. São Paulo: Malheiros, 2005). (grifei)

**Na Administração Pública, não há espaço para liberdades e vontades particulares, deve, o agente público, sempre agir segundo àquilo que a lei lhe impõe, só podendo agir secundum legem.** Enquanto no campo das relações entre particulares é lícito fazer tudo o que a lei não proíbe (princípio da autonomia da vontade), na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. E no caso em tela, a lei não autoriza exigências desproporcionais, que não se sustentam, como é o caso aqui discutido, devendo haver a retificação do edital, exigindo apenas aquelas comprovações necessárias à aquisição do produto com qualidade, sem limitar a participação de um número maior de interessados, bem como afastando do certame o direcionamento para um único produto, o que é vedado pela legislação pátria.

**Com isso, pedimos pela retificação do edital para:**

**1.** Que seja corrigida a redação, cujo a exigência seja precedida de **e/ou** (Certificado ABIC e/ou Laudos Laboratoriais), laudo este emitido conforme as resoluções citadas nesta impugnação. Ou seja, laudos emitidos por laboratórios credenciados pela ANVISA ou acreditados pelo MAPA.

**2.** Que seja **excluída a exigência do Certificado ABIC de forma restritiva**, dando a opção de a qualidade do produto ser comprada através dos laudos emitidos por laboratórios credenciados pela ANVISA ou Ministério da



**DMS COMERCIO E DISTRIBUICAO DE CAFE EIRELI**

**CNPJ: 33.174.960/0001-27**

**Rua Beta, 387 - Vila Paris Contagem/MG - CEP: 32372-090**

**[administrativo@dmscomercio.com.br](mailto:administrativo@dmscomercio.com.br) / [vendas02@dmscomercio.com.br](mailto:vendas02@dmscomercio.com.br)**

Agricultura, uma vez que a redação da forma como está no edital, sugere direcionamento apenas para produtos certificados pela ABIC, que é entidade privada, não havendo legislação que trate da matéria, o que afasta o princípio da isonomia, legalidade e impessoalidade do certame aqui debatido, devendo ser retificado o edital, visando assim ampliação da disputa, e ofertas mais vantajosas aos cofres públicos, sem limitação de marca ou fabricante.

**Não sendo este o entendimento de Vossa Senhoria, pedimos que remeta o processo devidamente instruído a instância superior, para julgamento e deferimento dos pedidos.**

Nestes Termos Pedimos Deferimento.

Contagem, 02 de Janeiro de 2025.

EDUARDO  
MESQUITA DE  
SOUZA:117980  
08696

Assinado de forma  
digital por EDUARDO  
MESQUITA DE  
SOUZA:11798008696  
Dados: 2025.01.02  
10:55:30 -03'00'



**DMS COMERCIO E DISTRIBUICAO DE CAFE EIRELI**  
**CNPJ: 33.174.960/0001-27**  
**Rua Beta, 387 - Vila Paris Contagem/MG - CEP: 32372-090**  
[administrativo@dmscomercio.com.br](mailto:administrativo@dmscomercio.com.br) / [vendas02@dmscomercio.com.br](mailto:vendas02@dmscomercio.com.br)

## **IMPUGNAÇÃO**

A empresa DMS Comércio e Distribuição de Café Ltda, CNPJ nº. 33.174.960/0001-27, com sede na rua Beta, nº. 387, bairro Vila Paris em Contagem-MG, CEP 32.372-090, por intermédio de seu representante legal o sr. Eduardo Mesquita de Souza, portador da cédula de identidade RG nº. MG-17.164.106, e do CPF nº. 117.980.086-96, conforme disposto em Lei, apresentamos a **IMPUGNAÇÃO** aos requisitos do edital, pelas razões a seguir, em virtude do prazo de entrega estipulado, que consideramos inadequado e contrário aos princípios estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

### **1- Dos Fatos**

Sem embargo, infelizmente, o edital em apreço tece exigências excessivamente restritivas que se opõem à legalidade e aos princípios informadores da licitação pública, que impedem que a disputa seja ampla, assim, solicita-se a avaliação e a compreensão desta Douta Comissão de Licitação.

Com efeito, o problema havido no presente edital concentra-se na exigência de entrega dos itens em um curto prazo de tempo a contar da data do recebimento da nota de empenho. A exigência de que os produtos sejam entregues em prazo exíguo após o recebimento da autorização de fornecimento/nota de empenho é irregular, uma vez que tal medida restringe o universo dos licitantes, privilegiando apenas os comerciantes locais/regionais, podendo encarecer a proposta de preços ou afastar licitantes da disputa, comprometendo o caráter competitivo da licitação.

O prazo do edital para a entrega da mercadoria, especialmente no caso de **itens não perecíveis**, mostra-se desproporcional, considerando que tais produtos não demandam urgência ou manipulação especial para preservar sua integridade. A flexibilização do prazo para estes itens, portanto, não prejudicará a Administração e permitirá uma maior participação de interessados, favorecendo o princípio da competitividade.



**DMS COMERCIO E DISTRIBUICAO DE CAFE EIRELI**

**CNPJ: 33.174.960/0001-27**

**Rua Beta, 387 - Vila Paris Contagem/MG - CEP: 32372-090**

**[administrativo@dmscomercio.com.br](mailto:administrativo@dmscomercio.com.br) / [vendas02@dmscomercio.com.br](mailto:vendas02@dmscomercio.com.br)**

Deve-se observar, ainda, o tempo que o licitante vencedor disporá entre o recebimento da ordem de compra/empenho e a efetiva entrega dos materiais, considerando o seguinte sistema operacional: separação dos produtos licitados, carregamento e deslocamento da sede da empresa até o Município.

Ademais, não se mostra razoável que a Administração, a quem compete o exercício de suas obrigações pautado em mínimo planejamento, submeta empresas com quem contrata a súbitas necessidades, colocando-as em eterno estado de prontidão para atender a demandas em prazo demasiado exíguo. Essa consideração é ainda mais relevante quando se trata de **itens não perecíveis**, para os quais é possível um planejamento mais equilibrado e menos restritivo.

## **2-Fundamentação Legal:**

**a. Princípio da Competitividade:** De acordo com o artigo 5º da Lei nº 14.133/2021, o processo licitatório deve assegurar a participação de interessados em condições de igualdade. O prazo de entrega estipulado no edital é excessivamente curto para a natureza do produto, o que pode desestimular a participação de empresas qualificadas e preparadas para fornecer o produto conforme as especificações, comprometendo a competitividade do certame.

**b. Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório:** Conforme o artigo 12, §1º da Lei nº 14.133/2021, o edital deve especificar de forma clara e precisa todas as condições e exigências para a contratação. O prazo de entrega atual pode não contemplar todas as variáveis envolvidas na execução do contrato, o que pode levar a problemas na execução e ao não cumprimento das condições acordadas.

**c. Princípio da Adequação aos Seus Objetivos:** O artigo 7º, §1º da Lei nº 14.133/2021 estabelece que o edital deve prever condições que possibilitem o cumprimento do contrato e a obtenção do resultado desejado. O prazo de entrega estipulado pode não ser suficiente para garantir a integridade e a qualidade do produto final, considerando a complexidade e as especificidades envolvidas.



**DMS COMERCIO E DISTRIBUICAO DE CAFE EIRELI**  
**CNPJ: 33.174.960/0001-27**  
**Rua Beta, 387 - Vila Paris Contagem/MG - CEP: 32372-090**  
[administrativo@dmscomercio.com.br](mailto:administrativo@dmscomercio.com.br) / [vendas02@dmscomercio.com.br](mailto:vendas02@dmscomercio.com.br)

**3-Impacto da Inadequação do Prazo:** A imposição de um prazo inadequado pode levar a problemas logísticos, comprometer a qualidade do produto e causar dificuldades para o cumprimento das obrigações contratuais. Além disso, pode resultar em penalidades para a empresa vencedora e prejudicar o andamento do contrato.

**4-Pedido de Revisão:** Solicitamos a **ampliação do prazo de entrega para itens não perecíveis para 15 (quinze) dias úteis**, um prazo que consideramos mais razoável e proporcional à natureza desses produtos. Esse ajuste permitirá que mais empresas tenham condições de participar do certame, preservando os princípios de competitividade e isonomia.

Os Tribunais de Contas, como o Tribunal de Contas da União (TCU), já emitiram cartilhas e manuais com orientações sobre prazos de entrega de produtos e outros aspectos relacionados a licitações e contratos. [Por exemplo, o TCU disponibilizou uma nova versão do Manual de Licitações e Contratos, que inclui orientações detalhadas sobre a aplicação da Lei 14.133/2021.](#) Esses documentos são importantes para garantir que os processos de contratação pública sejam realizados de maneira eficiente e transparente, respeitando os prazos e promovendo a competitividade.

Vamos examinar alguns editais de pregões eletrônicos com objetos semelhantes e comparar os prazos de entrega apresentados.

#### **- Comando de Policiamento do Interior – 6 – Santos/SP**

UASG 180154

Termo de Referência 148/2024

##### **5. Modelo de execução do objeto**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados da entrega da nota de empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência para qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os produtos deverão ser entregues no seguinte endereço: Av. Cel. Joaquim Montenegro, 282 - Aparecida, Santos/SP, 11035-000.

##### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

#### **- Município de Nova Odessa/SP**



**DMS COMERCIO E DISTRIBUICAO DE CAFE EIRELI**  
**CNPJ: 33.174.960/0001-27**  
**Rua Beta, 387 - Vila Paris Contagem/MG - CEP: 32372-090**  
[administrativo@dmscomercio.com.br](mailto:administrativo@dmscomercio.com.br) / [vendas02@dmscomercio.com.br](mailto:vendas02@dmscomercio.com.br)

#### 1. Descrição dos requisitos da contratação

Natureza do objeto a ser contratado é de bem comum, cujo padrão de desempenho e qualidade pode ser aferido por especificações usuais de mercado, conforme detalhado no item 6, enquadrando-se, portanto, nos termos do parágrafo único, do artigo 1º, da Lei 10.520/2002 e do inciso II, do art. 3º, do Decreto nº 10.024/2019.

Prazo de **entrega** será de 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento, na qual conterá todas as informações necessárias para o cumprimento da demanda.

O material constante da Autorização de Fornecimento, bem como da nota fiscal, deverá ser entregue na sua totalidade, sendo vedada a **entrega** parcial, respeitando os casos de **entrega** fracionada descritos neste Estudo Técnico Preliminar.



## MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

### CHEFE DE GABINETE

Página 18 de 45

O material deverá ser entregue conforme especificações da planilha no seguinte endereço :

#### 8. Almoxarifado Central



## CIDADE DE SÃO PAULO

### EDUCAÇÃO

Diretoria Regional de Educação São Miguel  
Avenida Nordeste, 747 - Tel.: (11) 3397-5004

#### 11. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

11.1. A entrega será única. O prazo de entrega ocorrerá em até 10 (dez) dias corridos da confirmação de recebimento da nota de empenho.

##### 11.1.1. Local de entrega:

Almoxarifado Diretoria Regional de Educação São Miguel

Endereço: Rua Décio Angelo Chiuvitti, 780 F Vila Americana São Paulo SP CEP 08020-360

Telefone: (11) 2297-8342



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

Os produtos deverão atender as especificações descritas no Edital conforme as especificidades de cada um já descritas no objeto de licitação (Item 5). Todos os produtos deverão conter na embalagem impresso de forma indelével: registro do fabricante no M.S., marca, nome do fabricante e fantasia, CNPJ, e-mail, nº do lote, data de fabricação, validade, peso, composição, telefone do SAC (serviço de atendimento ao consumidor). Deverá ainda ser respeitado o tipo de embalagem como frasco, lata, caixa, pacote e o peso/volume de cada item. As embalagens deverão apresentar integridade física: sem abertura, amassaduras, rasgadas, furadas ou violadas.

#### 4.1. Garantia:

Os itens deverão ser substituídos em até cinco dias úteis em caso de não atendimento ao objeto do pedido conforme discriminado no item 1 ou em não atendimento aos requisitos da contratação item 04.

#### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

O prazo de entrega dos produtos é de 10 dias corridos, contados a partir da data do recebimento da autorização de fornecimento expedida pela Secretaria de Compras e Licitações, no horário das 06:30 as 10:30 h em dias de expediente normal.



**DMS COMERCIO E DISTRIBUICAO DE CAFE EIRELI**

**CNPJ: 33.174.960/0001-27**

**Rua Beta, 387 - Vila Paris Contagem/MG - CEP: 32372-090**

**[administrativo@dmscomercio.com.br](mailto:administrativo@dmscomercio.com.br) / [vendas02@dmscomercio.com.br](mailto:vendas02@dmscomercio.com.br)**

Vejamos, ainda, alguns entendimentos:

O prazo de cumprimento é demasiado exíguo e resulta em diminuição da concorrência. Traz à baila manifestação do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), em que assim se posiciona: □[...] se mostra desarrazoada e excessiva, comprometendo o caráter competitivo do certame, já que contribui para afastar potenciais fornecedores, incapazes de assumir tais obrigações em razão da distância entre suas sedes e o município, privilegiando apenas os fornecedores locais, o que contraria o disposto no inciso I do §1º do art. 3º da Lei nº 8.666/93. (Denúncia nº 862.524 □ Relator: Conselheiro R. Dom Pedro II, 440 □ Campinas □ São José □ SC □ CEP: 88.101.320 □ Tel: (48) 3094-0412 Cláudio Couto Terrão, sessão de julgamento para referendo pela Primeira Câmara em 1º/11/2011). No mesmo sentido, colaciona-se julgado do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso que corrobora tal entendimento e aplicável ao caso análogo, in verbis: Acórdão nº 13/2015-TP Licitação. Edital. Violação ao caráter competitivo. Exigência de entrega de bem em prazo exíguo. A previsão em edital licitatório de prazo exíguo para entrega de produtos ou prestação de serviços, para atendimento da frota municipal, prejudica o caráter competitivo do certame, contrariando o art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93, tendo em vista que privilegia os fornecedores locais e restringe a participação de potenciais interessados, que ficam impossibilitados de cumprir as obrigações previstas devido à distância entre suas sedes e o município licitante. (Denúncia. Relator: Conselheiro José Carlos Novelli. Acórdão nº 13/2015-TP. Julgado em 24/02/2015. Publicado no DOC/TCE-MT em 13/03/2015. Processo nº 17.880- 2/2014). Apenas em situações excepcionais e de emergência, seria justificável a exigência de cumprimento de prazo tão exíguo e de condição tão rígida, o que não é o caso da contratação em tela. O Município poderia adotar outras medidas para evitar o atraso na entrega dos produtos, em decorrência de sua distância geográfica para com outros Municípios e Estados Brasileiros, a exemplo de manter estoque de produtos para situações emergenciais.

**5-Considerações Finais:** Em vista do exposto, peço que esta impugnação seja considerada e que o edital seja ajustado para refletir um prazo de entrega mais



**DMS COMERCIO E DISTRIBUICAO DE CAFE EIRELI**

**CNPJ: 33.174.960/0001-27**

**Rua Beta, 387 - Vila Paris Contagem/MG - CEP: 32372-090**

**[administrativo@dmscomercio.com.br](mailto:administrativo@dmscomercio.com.br) / [vendas02@dmscomercio.com.br](mailto:vendas02@dmscomercio.com.br)**

apropriado, de modo a garantir a competitividade e a viabilidade do certame. Em síntese, requer sejam analisados os pontos detalhados nesta impugnação, com a correção necessária do ato convocatório para que se afaste qualquer antijuridicidade que macule todo o procedimento que se iniciará. Especialmente, é a presente solicitação de Impugnação com modificação o prazo de entrega, visando o atendimento ao princípio da razoabilidade, competitividade, proporcionalidade, e isonomia, sendo que a referida mudança baseia-se na ampliação do caráter competitivo da referida licitação. Diante de todo o exposto, requer e espera meticulosa atenção desta Comissão de Licitação, para acolher as alegações trazidas a lume e rejeitar o Edital medida em apreço, SUSPENDENDO o ato convocatório para posterior republicação com as devidas correções, como de obediência ao sistema normativo vigente.

Agradeço pela atenção e estou à disposição para fornecer quaisquer informações adicionais ou esclarecimentos que se façam necessária.

Atenciosamente,

EDUARDO MESQUITA DE SOUZA:11798008696  
Assinado de forma digital por  
EDUARDO MESQUITA DE  
SOUZA:11798008696  
Dados: 2024.12.12 14:06:54  
-03'00'

Responsável Legal



# MUNICÍPIO DE ELÓI MENDES

Rua Coronel Horácio Alves Pereira, 335 – Centro – Elói Mendes – MG - CEP:  
37.110-000

CNPJ: 20.347.225/0001-26 | Telefone: 0800 443 2000  
www.eloimendes.mg.gov.br

**Processo Licitatório nº 7/2025**  
**Pregão Eletrônico nº 2/2025**  
*Impugnação ao Edital de Abertura*

## DECISÃO

Vistos e examinados os autos do processo em epígrafe e tendo por referência a publicação do edital referente ao certame cujo objeto é a "AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS ESTOCÁVEIS", a empresa DMS COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE CAFÉ LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 33.174.960/0001-27, por meio de seu representante legal, apresentou impugnação ao referido edital. Tal impugnação está em conformidade com os prazos estabelecidos, sendo, portanto, tempestiva.

A impugnante argumenta que o edital, ao exigir exclusivamente o selo ABIC de qualidade para o café, limita a participação de fornecedores que não possuam essa certificação, o que, segundo alega, prejudica a isonomia e direciona o certame para um número restrito de empresas. Também argumenta sobre o prazo de dois dias (úteis) para entrega dos itens contidos no edital.

Após análise cuidadosa das razões de impugnação, é importante destacar que a Administração Pública visa sempre a atingir o interesse público, respeitando os princípios fundamentais da licitação e dos atos administrativos, especialmente os da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo.

A impugnante solicitou a remoção da exigência restritiva do selo ABIC de qualidade, argumentando que essa certificação limita a competitividade, uma vez que muitas empresas do ramo não possuem o selo, mas oferecem produtos de qualidade equivalente, devidamente analisados por laboratórios credenciados pela ANVISA e MAPA e acompanhados de competente laudo.

Cumprе ressaltar que a exigência de um selo de qualidade, como o ABIC, não fere o princípio da isonomia. A Administração Pública tem o direito de estabelecer requisitos que assegurem a aquisição de produtos com padrões adequados para atender às necessidades dos serviços públicos, especialmente quando se trata de alimentos consumidos por um grande número de pessoas. O renomado jurista Marçal Justen Filho,



# MUNICÍPIO DE ELÓI MENDES

Rua Coronel Horácio Alves Pereira, 335 – Centro – Elói Mendes – MG - CEP:

37.110-000

CNPJ: 20.347.225/0001-26 | Telefone: 0800 443 2000

[www.eloimendes.mg.gov.br](http://www.eloimendes.mg.gov.br)

em sua obra "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos", 15ª edição, destaca que a Administração pode adotar cláusulas que restrinjam a participação, desde que tais exigências sejam legítimas e justifiquem-se pelo interesse público, sem prejudicar ou beneficiar indevidamente determinados fornecedores.

A exigência do selo ABIC está em consonância com o objeto da licitação e com os objetivos desta Administração Municipal, visando garantir a qualidade dos alimentos adquiridos, o que é de interesse público. A Administração Pública tem o dever de buscar a melhor qualidade possível na aquisição de produtos, e a certificação ABIC representa um critério objetivo que contribui para a confiança na qualidade do café fornecido.

Entretanto, à luz da Lei nº 14.133/2021, art. 5º, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos, especialmente no que tange ao princípio da competitividade, deve-se assegurar que os requisitos de habilitação não restrinjam de maneira excessiva a participação dos interessados. A avaliação da qualidade de produtos, como o café, deve ser realizada de forma objetiva e imparcial, respeitando as possibilidades legais e técnicas. Nesse sentido, a legislação prevê que a Administração Pública deve buscar a melhor proposta dentro do conjunto de concorrentes, sem prejudicar a ampla participação de fornecedores qualificados.

Considerando que a avaliação da qualidade é realizada exclusivamente por um órgão fiscalizador, o qual se restringe à avaliação dos produtos de empresas credenciadas, e levando em consideração que o selo de qualidade é considerado facultativo pela legislação brasileira, conclui-se que é necessária a modificação do edital de abertura, em conformidade com os princípios e diretrizes estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021. Ademais, a exigência do selo de qualidade da ABIC, bem como a realização de análises em laboratórios credenciados por outros órgãos de fiscalização, não configura prejudicialidade à Administração Pública, mas, ao contrário, preserva o direito à competitividade e à isonomia.

Diante do exposto, recebo a impugnação e, em consonância com o parecer da Assessoria Jurídica, que integra esta decisão, DEFIRO o pedido da impugnante e remeto



# MUNICÍPIO DE ELÓI MENDES

Rua Coronel Horácio Alves Pereira, 335 – Centro – Elói Mendes – MG - CEP:  
37.110-000

CNPJ: 20.347.225/0001-26 | Telefone: 0800 443 2000  
www.eloimendes.mg.gov.br

os autos do processo ao setor de Licitação para que procedam com as alterações necessárias, a fim de garantir a manutenção e prosseguimento do processo licitatório. DEFIRO também a alteração de prazo para cinco dias (úteis) para a entrega dos itens licitados.

Ademais, tendo em vista a procedência do recurso, encaminho os autos ao Chefe do Executivo para reexame, caso necessário.

É a decisão.

Assinado de forma digital por WALESKA APARECIDA DA  
SILVA:14343666697  
Dados: 2025.02.19 14:55:49 -03'00'

**WALESKA APARECIDA DA SILVA**  
Pregoeiro



# MUNICÍPIO DE ELÓI MENDES - PREFEITURA

CNPJ: 20.347.225/0001-26 - Fone: 0800 443 2000 – Licitações  
R: Coronel Horácio Alves Pereira, 335, Centro - CEP: 37.110-000  
ELÓI MENDES – MG | Site: www.eloimendes.mg.gov.br  
e-mail: pregaoeletronico@eloimendes.mg.gov.br

Página nº: \_\_\_\_\_

Data: \_\_/\_\_/\_\_

Servidor: \_\_\_\_\_

## DESPACHO

### Pregão Eletrônico nº 02/2025 Processo Licitatório nº 07/2025

Vistos, etc.

Levando em consideração a decisão aduzida pela Ilustre Pregoeira e Assessoria Jurídica, acompanho na íntegra, para julgar pela PROCEDÊNCIA do pedido da impugnante, devendo ser retificado o Edital.

Publique-se. Intime-se.

Elói Mendes, 19 de fevereiro de 2025.

NATAL DONIZETTI  
CADORINI:001776  
43862

Assinado de forma digital por  
NATAL DONIZETTI  
CADORINI:00177643862  
Dados: 2025.02.19 15:21:04  
-03'00'

Natal donizetti Cadorini

**Prefeito Municipal**